

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Investigação Científica nas Ciências Humanas 4

**Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues
(Organizadores)**

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

162 Investigação científica nas ciências humanas 4 [recurso eletrônico] /
 Organizadores Marcelo Máximo Purificação, César Costa
 Vitorino, Emer Merari Rodrigues. – Ponta Grossa, PR: Atena,
 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-62-1
 DOI 10.22533/at.ed.621201903

1. Ciências humanas. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Purificação, Marcelo Máximo. II. Vitorino, César Costa. III. Rodrigues, Emer Merari.

CDD 300.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil

APRESENTAÇÃO

Caríssimos leitores é com grande satisfação, que fazemos chegar até vocês mais um volume da Coleção Investigação Científica nas Ciências Humanas. Uma obra, com temas atuais e diversos, que gravitam e estabelecem liames com a dialética da Humanidade. Nesse contexto, as experiências vivenciadas em universidades e a própria trajetória social do homem, acabam sendo ingredientes de fortalecimento do pensar na Área das Humanidades. Praticizar o ato de pensar e interpretar nunca foi tão importante, quanto nos dias atuais. A conjuntura social ao qual vivemos hoje, exige de nós, posicionamentos e constantes reconstituições das contexturas sociais. Por isso, revisitar o passado, discutir o presente e planejar o futuro, são ações extremamente importantes aos estudantes e pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A obra está facilmente organizada em dois eixos temáticos. O primeiro, estabelece diálogos com práticas significativas, traz nas discussões modelos de estratégias pedagógicas que vão dos jogos analógicos à escuta sensível, pontuando experiências de novas e paradigmas desenvolvidos nos contextos de sala de aula nos mais diferentes níveis de ensino. Sinaliza para importância das tecnologias e do diálogo interdisciplinar para formação do indivíduo.

O segundo eixo, traz aspectos significativos para uma boa reflexão nas Ciências Sociais Aplicadas. De forma (in) direta promove a (inter) ligação dialógica que perpassa por Leis; Políticas Públicas; Cooperativismo; Desenvolvimento Social; Religiosidade; Cultura; Saúde e etc. Um eixo, com forte inclinação e possibilidades de integração com os processos educacionais. Desse modo, a coletânea de textos desta obra, se estabelece como um convite à reflexão e às interfaces de olhares de pesquisados e estudiosos que desenvolvem suas investigações Científicas na Ciências Humanas.

Com isso, desejamos a todos, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
César Costa Vitorino
Emer Merari Rodrigues

CAPÍTULO 1	1
APROXIMANDO UNIVERSIDADE E ESCOLA ATRAVÉS DO DIÁLOGO E PRÁTICAS SIGNIFICATIVAS NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA	
Márcia Rejane Scherer	
DOI 10.22533/at.ed.6212019031	
CAPÍTULO 2	7
INCLUSÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS: UMA ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DA ESCUTA SENSÍVEL NO CONTEXTO DA SALA DE AULA	
Isabella Guedes Martinez Elias Batista dos Santos Ricardo Gauche	
DOI 10.22533/at.ed.6212019032	
CAPÍTULO 3	16
DESLOCAMENTOS EM PESQUISAS NO CAMPO DAS CIÊNCIAS HUMANAS	
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos Naiara Gracia Tibola Daniela Gomes Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6212019033	
CAPÍTULO 4	25
O USO DA ROBÓTICA EDUCACIONAL COMO APRIMORAMENTO NO ENSINO DA MATEMÁTICA COM ALUNOS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM LÁBREA – AM	
Fabiann Matthaus Dantas Barbosa Kelren da Silva Rodrigues Rafael Carvalho de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6212019034	
CAPÍTULO 5	34
PROJETO POLÍTICO - PEDAGÓGICO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR	
Kaio Anderson Fernandes Gomes Josenildo Santos de Sousa Francisnaine Priscila Martins de Oliveira Ednardo Arcanjo Garrido	
DOI 10.22533/at.ed.6212019035	
CAPÍTULO 6	41
UTILIZAÇÃO DE JOGOS ANALÓGICOS COMO POSSIBILIDADE DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Elias Batista dos Santos Wellington dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6212019036	

CAPÍTULO 7	52
A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS	
Morgana Patrícia Webers Bonfanti	
Mateus Pediriva	
Nelci Lurdes Gayeski Meneguzzi	
DOI 10.22533/at.ed.6212019037	
CAPÍTULO 8	59
A NATUREZA EM KANT: CONFLITO, GUERRA E SOCIABILIDADE	
Franciscleyton dos Santos da Silva	
Zilmara de Jesus Viana de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.6212019038	
CAPÍTULO 9	71
A PSICANÁLISE E O DIÁLOGO INTERDISCIPLINAR: ALGUMAS DISCUSSÕES	
Grazielle Luiza Barizon Scopel Gerbasi	
Paulo José da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.6212019039	
CAPÍTULO 10	82
O GOOGLE SALA DE AULA E A SIMULAÇÃO “O CASO DO REBANHO DE JACÓ”: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM DOS CONCEITOS DE GENÉTICA	
Marisa Inês Bilthauer	
Dulcinéia Ester Pagani Gianotto	
DOI 10.22533/at.ed.62120190310	
CAPÍTULO 11	100
IDENTIDADE PESSOAL EM PAUL RICOEUR: A HERMENÊUTICA DO SI E A DIALÉTICA <i>IDEM-IPSE</i>	
Janessa Pagnussat	
DOI 10.22533/at.ed.62120190311	
CAPÍTULO 12	111
ANÁLISE DAS PRODUÇÕES CIENTÍFICAS SOBRE ENSINO COLABORATIVO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	
Fernanda Aparecida dos Santos	
Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.62120190312	
CAPÍTULO 13	124
BREVÍSSIMA HISTÓRIA DA FITA CASSETE E OUTROS MODOS DE REPRODUÇÃO MUSICAL	
Enio Everton Arlindo Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.62120190313	

CAPÍTULO 14	134
COLEÇÃO AMAZONIANA DE ARTE: O ENTRELACE ENTRE ARTE, MODA E MUSEOLOGIA	
Moema Correa Marcela Cabral Orlando Maneschy	
DOI 10.22533/at.ed.62120190314	

PARTE II - CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA

CAPÍTULO 15	144
A APROPRIAÇÃO TERRITORIAL NO SÍTIO HISTÓRICO URBANO (SHU) 'RUA DO PORTO' EM PIRACICABA - SP	
Marcelo Cachioni Maira Cristina Grigoletto Juliana Binotti Pereira Scariato	
DOI 10.22533/at.ed.62120190315	

CAPÍTULO 16	157
DA CANA AO MELADO: OS SABORES E A FESTA DO MELADO COMO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE DE CAPANEMA -PR	
Thais Naiara Prestes Fernanda Cordeiro De Faust	
DOI 10.22533/at.ed.62120190316	

CAPÍTULO 17	165
LEGISLAÇÕES RELACIONADAS À FORMAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO (EST)	
Marcela de Lima Magalhães Adriana Maria Tonini	
DOI 10.22533/at.ed.62120190317	

CAPÍTULO 18	179
IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE MATERIAIS TÊXTEIS DO SÉCULO XIX DE UM TRAJE DO GRUPO FOLCLÓRICO DA CORREDOURA EM PORTUGAL	
Ronaldo Salvador Vasques Fabrício de Souza Fortunato Márcia Regina Paiva de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.62120190318	

CAPÍTULO 19	187
MEDIÇÕES DE RADIAÇÕES IONIZANTES E CHUVAS NA REGIÃO TROPICAL DO BRASIL – DINÂMICA NOS TEMPOS	
Inácio Malmonge Martin Marcelo Pego Gomes Rodrigo Rezende Fernandes de Carvalho Rafael Augusto Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.62120190319	

CAPÍTULO 20 194

O PAPEL DA COOPERATIVA REGIONAL ITAIPU PARA O DESENVOLVIMENTO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DE PINHALZINHO – SC

Patricia Ines Schwab
Juliana Capelezzo
Karine Cecilia Finatto Begnini
Maiara Zamban Linhares
Leani Lauermann Koch

DOI 10.22533/at.ed.62120190320

CAPÍTULO 21 211

OS MARIANOS E O APOSTOLADO DA ORAÇÃO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DO CARMO EM PARINTINS, AMAZONAS

Rosimay Corrêa
Iraildes Caldas Torres

DOI 10.22533/at.ed.62120190321

CAPÍTULO 22 226

PAISAGEM URBANA: A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Rafael Henrique Teixeira-da-Silva

DOI 10.22533/at.ed.62120190322

CAPÍTULO 23 239

POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA PARA O MEIO AMBIENTE: ENFOQUE NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, EMISSÃO E REMOÇÃO DE GASES DO EFEITO ESTUFA NO ESTADO DO PARANÁ

Luciana Virginia Mario Bernardo
Maycon Jorge Ulisses Saraiva Farinha
Zelimar Soares Bidarra
Adelsom Soares Filho
Vanderson Aparecido de Sousa
Mauro Sérgio Almeida Lima

DOI 10.22533/at.ed.62120190323

CAPÍTULO 24 252

APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA AO TRABALHO DO POLICIAL MILITAR DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

Jhony Wilson Youngblood
Mario Picetskei Júnior
Rafael Gomes Sentone

DOI 10.22533/at.ed.62120190324

CAPÍTULO 25 263

A FORMAÇÃO DE UM INTELLECTUAL

Vanderlei Souto dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.62120190325

CAPÍTULO 26	268
<i>A FALA DO HUNSRICK NO COTIDIANO DAS COMUNIDADES TEUTO-BRASILEIRAS: UM PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTA MARIA DO HERVAL (RS)</i>	
Liane Marli Führ Maria Ines Dapper Fröhlich Daniel Luciano Gevehr	
DOI 10.22533/at.ed.62120190326	
CAPÍTULO 27	282
ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA EVACUAÇÃO AEROMÉDICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Clarissa Coelho Vieira Guimarães Beatriz Gerbassi de Aguiar Costa Fábio José de Almeida Guilherme Luiz Alberto de Freitas Felipe Vanessa Oliveira Ossola da Cruz Liszety Emmerick Gicélia Lombardo Pereira Maristela Moura Berlitz Michelle Freitas de Souza Chezza Damiã Ricchezza Rachel de Lyra Monteiro Ré Letícia Lima Borges	
DOI 10.22533/at.ed.62120190327	
CAPÍTULO 28	289
AS REGIÕES METROPOLITANAS DE ALAGOAS: SIGNIFICADOS E REALIDADES DIVERSAS	
Cícero dos Santos Filho Paulo Rogério de Freitas Silva Juliana Costa Melo	
DOI 10.22533/at.ed.62120190328	
SOBRE OS ORGANIZADORES	303
ÍNDICE REMISSIVO	305

AS REGIÕES METROPOLITANAS DE ALAGOAS: SIGNIFICADOS E REALIDADES DIVERSAS

Data de aceite: 16/03/2020

Data da submissão: 10/12/2019

Cícero dos Santos Filho

Universidade Federal de Alagoas, Maceió-
Alagoas, <http://lattes.cnpq.br/0376563297414450>

Paulo Rogério de Freitas Silva

Universidade Federal de Alagoas, Maceió-
Alagoas, <http://lattes.cnpq.br/7291026502561817>

Juliana Costa Melo

Universidade Federal de Alagoas, Maceió
Alagoas,
<http://lattes.cnpq.br/1001446432488980>

RESUMO: Essa pesquisa aborda o tema – regiões metropolitanas - tendo como objeto analisar as regiões metropolitanas alagoanas, fundamentando-se na condição socioeconômica do Estado. Sua justificativa ocorre pela importância desses arranjos para o desenvolvimento dos estados e municípios, porém a maioria desses arranjos não confere à ordem preconizada na Lei complementar responsável pela criação, pois a promoção do exercício das funções públicas de interesse comum, em muitos casos, não é concretizada. Essa realidade é bem representada em Alagoas, pois esses arranjos são geridos por modelos abstratos que não consegue oferecer o mecanismo de desenvolvimento econômico

e social. A metodologia utilizada adota uma abordagem de cunho qualitativo que através de levantamento bibliográfico em órgãos públicos, como IBGE, SEPLAG e Assembleia Legislativa de Alagoas garantiu o suporte desejado. Na fundamentação teórica elencamos os conceitos sobre a organização espacial, região metropolitana, urbanização e metropolização. Os resultados indicam que a organização espacial alagoana enfrenta problemas para diversificar as atividades produtivas. Dentre os setores da economia responsáveis pela dinâmica destacamos o setor terciário que nos últimos anos foi impulsionado pela construção civil, enquanto o setor secundário apresenta moderado desempenho econômico. Contudo, percebe-se que as regiões metropolitanas de Alagoas passam apenas por um recorte territorial com propósito de formalizar uma entidade com circunscrição regional de planejamento, situação adversa das funções preconizadas estabelecidas pelas Leis complementares responsáveis pela criação de cada arranjo institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Região Metropolitana; Espacialidade; Institucionalidade; Economia.

METROPOLITAN REGIONS OF ALAGOAS: MEANINGS AND VARIOUS REALITIES

ABSTRACT: This research addresses the

theme - metropolitan regions - having as its object to analyze the metropolitan regions of Alagoas, based on the socioeconomic condition of the state. Their justification is for the importance of these arrangements for the development of states and municipalities, but most of these arrangements do not confer the order recommended by the complementary law responsible for the creation, since the promotion of the exercise of public functions of common interest, in many cases, is not materialized. This reality is well represented in Alagoas, as these arrangements are managed by abstract models that cannot offer the mechanism of economic and social development. The methodology used adopts a qualitative approach that through bibliographic survey in public bodies such as IBGE, SEPLAG and Legislative Assembly of Alagoas guaranteed the desired support. In the theoretical foundation we list the concepts about the spatial organization, metropolitan region, urbanization and metropolization. The results indicate that the Alagoas space organization faces problems to diversify the productive activities. Among the economic sectors responsible for the dynamics, we highlight the tertiary sector, which in recent years has been driven by civil construction, while the secondary sector presents a moderate economic performance. However, it is clear that the metropolitan regions of Alagoas only go through a territorial cut in order to formalize an entity with regional planning circumscription, adverse situation of the recommended functions established by the complementary laws responsible for the creation of each institutional arrangement.

KEYWORDS: Metropolitan region; Spatiality; Institutionalidade; Economy.

1 | INTRODUÇÃO

O processo de urbanização originado no Brasil, a partir de 1960, ocorreu de maneira acelerada, concorrendo para necessidade de organizar as unidades regionais voltadas ao planejamento urbano regional, tendo em vista a complexidade efetivada nas relações econômica, social, política e demográfica, originária do fenômeno da metropolização do espaço. O desenvolvimento do meio urbano empreendido pela conurbação em toda a sua expressividade pode, em parte, ajudar na compreensão do surgimento das regiões metropolitanas, porém é plausível remeter ao julgo da análise da incoerência conceitual emanada pela institucionalização de uma determinada região metropolitana sem a devida influência de uma metrópole.

No Brasil, as últimas décadas foram marcadas pela ocorrência de várias institucionalizações de regiões metropolitanas em diversas partes do território, sobretudo em ritmo diferenciado de taxa de contingente populacional e de relações socioespaciais. Atualmente, o país conta com mais de 70 regiões metropolitanas oficializadas, situação que vem despertando interesses de várias categorias de profissionais ligadas ao estudo do fenômeno metropolitano.

Firkowisk (2013) aponta para a necessidade de averiguar as similaridades e as diferenças entre os recortes espaciais constituídos por regiões metropolitanas

e metrópoles, referenciando as adequações sob a guarda entre a conciliação ou divórcio no âmbito da compreensão dos fenômenos metropolitanos formadores desse processo.

Incorre que o estado de Alagoas, no cerne da atribuição da constituição de 1988 que objetiva as disposições “Integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum” (BRASIL, 1988), oficializou entre o ano de 1988 até 2013, nove regiões metropolitanas a saber: Região Metropolitana de Maceió, Região Metropolitana do Agreste, Região Metropolitana da Zona da Mata, Região Metropolitana do Vale do Paraíba, Região Metropolitana de Palmeiras dos Índios, Região Metropolitana dos Caetés, Região Metropolitana do Médio Sertão e Região Metropolitana do Sertão. As oficializações dessas regiões metropolitanas chamam a atenção da comunidade acadêmica, pois quase 80% da área territorial alagoana é coberta por esses arranjos institucional, congratulando oitenta e oito municípios dos cento e dois existentes no estado.

Nesse contexto, reportamos Firkowisk (2013) que reflete sobre o caso no Brasil, assinalando que o processo de metropolização é permeado por situações específicas, as quais concorrem por apreensões, por vezes equivocadas do seu sentido, principalmente no que diz respeito da disseminação das regiões metropolitanas. Portanto, no caso das Regiões Metropolitanas de Alagoas se faz necessário fazer a distinção para qual parte o estabelecimento de região metropolitana a discussão sobre o fenômeno da espacialidade faz sentido, sob pena de circunscrever a um quadro de generalização a ser empreendido.

Centramos como objetivo geral da pesquisa analisar esses arranjos institucionais alagoanos, buscando verificar se o processo de institucionalização ocorreu em virtude da dinâmica local ou se é um processo político institucional.

De qualquer modo, excetuado toda a contradição do processo de institucionalização de região metropolitana, temos que admitir que a criação de região metropolitana pode se tornar um importante instrumento regional de planejamento urbano e de gestão. Por mais paradoxo que possa existir determinada região metropolitana sem a influência de uma metrópole, a benfeitoria que o planejamento regional possa garantir pode ser bem maior que o efeito nocivo dessa imprecisão técnica que permeiam as regiões metropolitanas do Brasil, em especial, as localizadas em Alagoas.

2 | RESULTADOS

2.1 As Regiões Metropolitanas Brasileiras

Podemos dividir a história das regiões metropolitanas brasileira em duas fases:

A primeira que data da década de 1970 – fez parte da política de desenvolvimento urbano e a segunda fase ocorre após a constituição de 1988, quando foi delegado aos estados federados a livre autonomia em instituir suas próprias regiões metropolitanas. Para efeito de precisão junto ao presente trabalho será destinada atenção especial a segunda fase, tendo em vista que as oficializações das Regiões Metropolitanas de Alagoas ocorreram a partir de 1998.

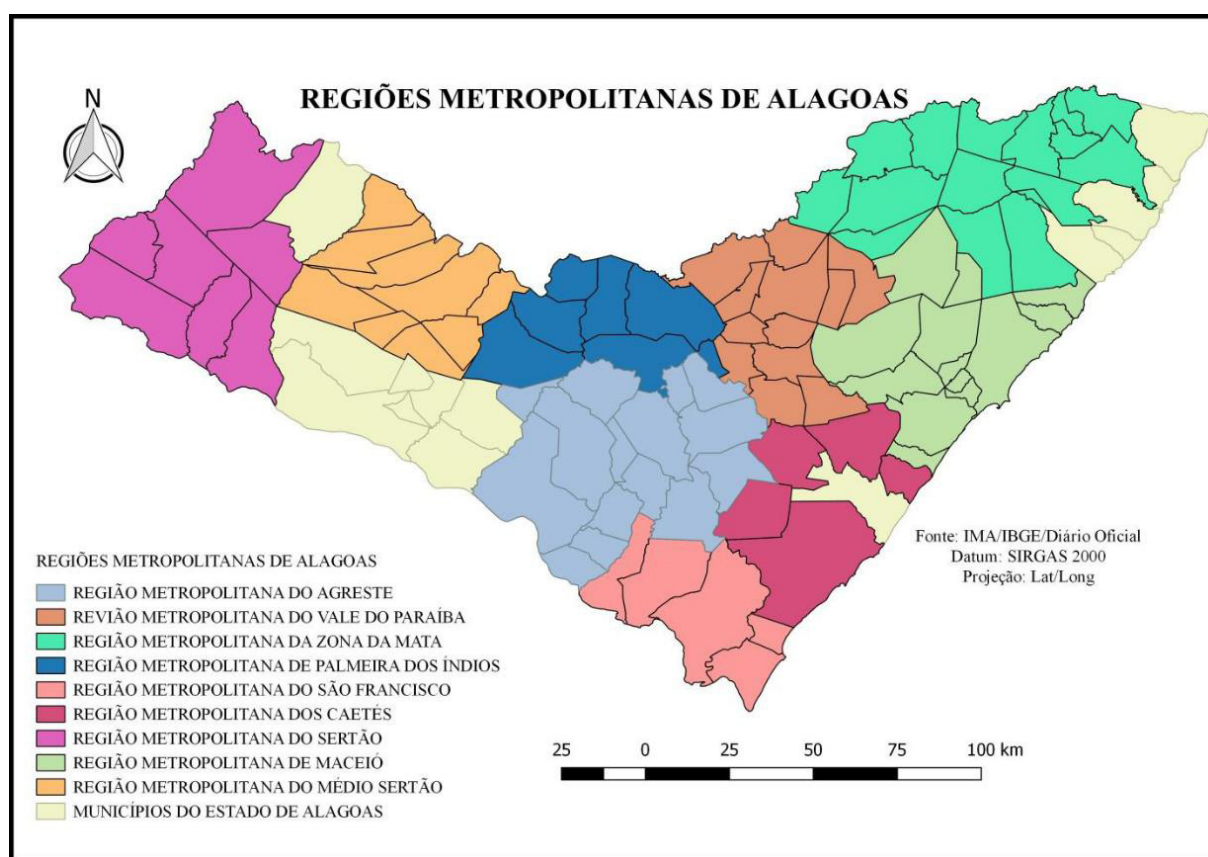
Com o fim do governo militar foi realizada a Assembleia Constituinte que objetivava acabar com o poder centralizador do governo federal e permitir aos estados e os municípios maior autonomia. A partir dessa descentralização, inicia-se a segunda fase, pois os estados da federação passaram a ter a faculdade de instituir suas próprias regiões metropolitanas, art. 25 §3º:

Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de interesse comum. (BRASIL, 1988).

Firkowski (2013) assinala que os estados passando a ser autônomos em delimitar e oficializar o que naturalmente passa a ser metropolitano no país se deparam com realidades diferentes. A primeira se insere na dinâmica da metropolização, cuja situação se exprime no processo de espacialização territorial, sendo a outra inserida em uma vertente que exprime a ideia de metropolização institucional, cuja realidade se faz no jogo de interesse da base política da região, moldando assim, um aumento considerável de regiões metropolitanas institucionalizadas. Após a constituição de 1988, a criação de um expressivo número de regiões metropolitanas trouxe necessidade de se discutir a prevalência do surgimento de várias metrópoles no seio das regiões metropolitanas, bem como a forma que está sendo efetivada, através das leis complementares em que os estados criam seus arranjos institucionais sem, necessariamente, haver uma metrópole.

Os dados fornecidos pelo Observatório das Metrôpoles através de estudo relacionando as Unidades Territoriais Urbanas Institucionalizadas até março de 2015 conta que o Brasil possui 71 Regiões Metropolitanas (RM's), três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE's) e quatro aglomerações Urbanas (AU's), totalizando 78 Unidades Territoriais Urbanas Institucionalizadas, composta por 1.308 municípios, distribuída da seguinte forma: As três RIDE's possuem 45 municípios, enquanto as Aglomerações Urbanas possuem 54 municípios e as Regiões Metropolitanas compõem 1.209 municípios. Essas unidades territoriais institucionalizadas correspondem a 23,5% de um total de 5570 municípios em todo país. Reportando a realidade empreendida em Alagoas, o Estado conferiu 09 Regiões Metropolitanas.

Verifica-se que no período entre os anos 2011 a 2013 das 09 RMs do estado, 07 RMs foram oficializadas. Ademais, se faz necessário ressaltar que nesse espaço temporal ocorria a plena efervescência da política do governo Federal em conceder investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) aos municípios integrantes das regiões metropolitanas. Toda situação apresentada nos permite realizar alguns questionamentos: Qual a relação existente entre essas institucionalizações e a política oficial de investimentos do governo Federal? As cidades polos podem ser consideradas metrópoles? Qual finalidade essas Regiões Metropolitanas foram criadas? O mapa 1 mostra a distribuição das regiões metropolitanas em Alagoas compreendidas por 88 municípios dos 102 municípios existentes no estado.



Mapa 1. Regiões Metropolitanas de Alagoas

Fonte: Diário Oficial do Estado de Alagoas - <http://doeal.com.br/>

Nesse sentido, alguns autores que estudam os respectivos arranjos urbanos compartilham critérios, a fim de propor orientações que podem sistematizar as institucionalizações dentro da lógica que se adeque as particularidades das divisões regionais do território nacional. Assim, aludimos para o presente artigo a interpretação realizadas pelo Estatuto da MetrÓpole (2015).

Em 12/01/2015 foi aprovada pelo congresso nacional a Lei federal N° 13.089/2015. Em seu artigo 1° fixa as diretrizes e normas no âmbito metropolitano.

Assim explicita que:

Esta Lei, denominada de Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e outros instrumentos de governança interfederativa, e critérios para o apoio da União e ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano com base nos incisos XX do art. 21, IX do art.23 e I do art. 24, no §3º do art. 25 e no art. 182 da Constituição Federal.

Como forma de avançar na questão que envolve os critérios a ser utilizado para implantação de uma região metropolitana o Estatuto da Metrópole vem contemplar o que os teóricos refutam – a falta de critérios para institucionalizar as regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e as microrregiões. Dessa forma, vislumbra a capacidade de nortear ações com efeito de produzir parâmetros que contemplem essas regiões com um regulamento a ser adotado. Para fins de critérios devem ser utilizados os conceitos compreendidos na respectiva Lei em que seu artigo 2º revela.

(2) Aglomeração urbana: unidade territorial urbana constituída pelo agrupamento de 2 (dois) ou mais Municípios limítrofes, caracterizada por complementaridade funcional e integração das dinâmicas geográficas, ambientais, políticas e socioeconômicas.

(2) Metrópole: espaço urbano com continuidade territorial, que em razão de sua população e relevância política e socioeconômica, tem influência nacional ou sobre uma região que configure, no mínimo, a área de influência de uma capital regional, conforme critérios adotados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

(3) Região metropolitana: aglomeração que configure uma metrópole.

Com finalidade de complementar as definições impostas o parágrafo único faz menção aos critérios a serem compreendidos envoltos da região de influência de uma capital regional, previstos nos incisos V do caput do artigo 2 do Estatuto da Metrópole. São eles: os bens e serviços fornecidos pela cidade à região, abrangendo produtos industriais, educação, saúde, serviços bancários, comércio, empregos e outros itens pertinentes.

Nesse sentido, a definição conceitual utilizada como critérios para estabelecimento desses arranjos sinaliza como avanço a ser empreendido para formatação das futuras regiões metropolitanas. Ademais, as diversas delimitações ora concretizadas e concebidas nos últimos anos, caem na incoerência. Visto que, a grande maioria, de fato, não possui uma metrópole como nó de comando na região. Evidencia-se com o fervor do Estatuto das Metrôpoles que determinado arranjo institucional seja condicionado a uma região metropolitana, caso bastante corriqueiro

em que aglomerações urbanas são sentenciadas como regiões metropolitanas.

Ainda no julgo dessa premissa o próprio Estatuto da MetrÓpole preconiza o fato da ausência de uma metrÓpole na configuração de uma região metropolitana, atribuindo ao conceito de aglomeração urbana para realização de políticas públicas emanada pelo Governo Federal.

O artigo (15) descreve a situação ora especificada com a seguinte redação:

A região metropolitana instituída mediante lei complementar estadual que não atenda o disposto no inciso VII do caput do art. 2º desta Lei será enquadrada como aglomeração urbana para efeito das políticas públicas do Governo federal, independentemente de as ações nesse sentido envolverem ou não transferência de recursos financeiros.

Diante das realidades impostas sob os critérios elencados há necessidade de analisar e moldar as institucionalizações das regiões metropolitanas de Alagoas sob essas perspectivas, a fim de reconhecer ou não a pertinência conceitual de cada caso a ser avaliado. Posto isso, é pertinente destacar o entendimento sobre a situação em destaque realizado por Firkowisk (2012) a qual revela que no país a discussão da institucionalidade das regiões metropolitanas relaciona-se com a premissa de desenvolvimento regional e não ao amparo da realidade metropolitana.

2.2 A Dinâmica socioeconômica do Estado de Alagoas: Entendendo a realidade espacial.

A economia de Alagoas pode ser caracterizada por uma estrutura produtiva tradicional de competitividade de baixo nível, destacando-se como produtor de açúcar e álcool e de expressivo crescimento do setor terciário. Entretanto, os efeitos da crise no início da década de 1990 e o baixo investimento do poder público nas áreas essenciais, repercutiram de forma negativa para o moderado desempenho da economia do estado. Atualmente, Alagoas vem evoluindo em termos de crescimento econômico desde a segunda metade dos anos 1990. Os dados divulgados referentes ao IDHM nas décadas de 70,80 e 90 apontam para o crescimento desse indicador considerável á nível federal. Porém, considera-se que essa evolução não fora ainda suficiente para alcançar o patamar da média nacional ou até mesmo a média nordestina, devido “ao desempenho da economia e da renda, que não obteve os mesmos índices da área social” (CARVALHO, 2016, p. 7).

Alagoas ocupa a 9º posição em relação ao IDHM entre os estados do nordeste e a 27ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras (PNUD, 2014). O maior IDHM entre os estados do nordestino é 0,684 (Rio Grande do Norte) e dos estados brasileiros é 0,824 - Distrito Federal (IBGE-2010). Percebe-se que o IDHM dos estados nordestinos está muito aquém da média da nação brasileira.

A tabela 2 faz relação entre a média do IDHM do Brasil com o IDHM de

Alagoas, situação que exprime a necessidade do poder público lançar estratégias de acordo com as particularidades regionais, a fim de melhorar os indicadores sociais e econômicos.

Espacialidade	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Brasil	0,727	0,739	0,816	0,637
Alagoas	0,631	0,641	0,755	0,520

Tabela 2. Brasil e Alagoas – IDHM em 2010

Fonte: PNUD (2014)

A conjuntura política e econômica desenvolvida historicamente no estado resultou em um processo de exclusão social conferido pelo poder público através das oligarquias rurais. A utilização da máquina pública do estado para dar suporte a tentativa de reerguimento da produção sucroalcooleira resultou na falência das contas do estado, provocando a desestruturação dos investimentos na área social e econômica. De qualquer modo, os dados mostram a incapacidade de poder público auferir condições de melhorias para vencer os entraves que condicionam o fraco desempenho das atividades produtivas. Outro indicador importante para análise da dinâmica econômica de Alagoas é o PIB (Produto Interno Bruto) (tabela 3). Segundo o IBGE (2015), o estado de Alagoas permanecia no antepenúltimo lugar entre os Estados nordestinos, superando apenas Sergipe e Piauí.

O estado de Alagoas ao longo dos anos passa por uma inércia na economia que resulta na pobreza da maioria da população. O poder público junto com as atividades econômicas não é capaz de oferecer com mais abrangência a inclusão social da maioria da população. A geração de renda e emprego não acompanha o significativo aumento da população do Estado.

A economia do estado se concentra em torno da capital e nos principais polos das regiões metropolitanas alagoanas, com exceção de Coruripe que compõe a Região Metropolitana de Caetés, polarizada por São Miguel dos Campos. Em 2012, o PIB total alagoano chegou a montante de R\$ 29,545 bilhões.

Apenas cinco municípios dos existentes foram responsáveis pela geração de riquezas, garantindo o valor proporcional de 63,80% da capacidade produtiva. Esse fato demonstra uma centralização elevada na produção, principalmente na Região Metropolitana de Maceió. Entre os municípios representantes estão Maceió (46,35%), Arapiraca (8,18%), Marechal Deodoro (3,80%), São Miguel dos Campos (2,99%) e Coruripe (2,47%).

Contudo, a Região Metropolitana de Maceió compreende 50,15%, pois 46,35% da capacidade produtiva gira em torno dos municípios de Maceió e 3,80%

no Município de Marechal Deodoro. Dessa forma, verificamos que os 36,21% da capacidade produtiva do estado é realizada entre os demais municípios.

ANO	2009	2011	2013
Bahia	137.075	159.869	204.265
Pernambuco	78.428	104.394	140.728
Ceará	65.704	87.982	108.796
Maranhão	39.855	52.187	67.593
Rio Grande do Norte	27.905	36.103	51.446
Paraíba	28.719	35.444	46.325
ALAGOAS	21.235	28.540	37.223
Sergipe	19.767	26.199	35.193
Piauí	19.033	24.608	31.240
NORDESTE	437.720	555.325	722.809

Tabela 3 – Nordeste: Produto Interno Bruto – 2011-2013 (em milhões de reais)

Fonte: IBGE (2015)

Diante desse contexto, Alagoas possui 62% da população considerada pobre, segundo pesquisa *Radar Social* do IPEA, e “mais da metade de seus habitantes se beneficia do Programa Bolsa Família” (CARVALHO, 2014, p. 9). Considerando tal efeito a tabela 4, revela a situação da população economicamente ativa de Alagoas, ilustrando uma das possibilidades de explicação da ausência de atividades comerciais ou industriais se instalarem na região.

CLASSE	NÚMERO (em mil)	%
Sem rendimento	207	14,7
Até 1 Salário Mínimo	674	48,0
De 1 a 2 Salários Mínimos	339	24,0
De 2 a 5 Salários Mínimos	137	9,9
De 5 a 10 Salários Mínimos	35	2,5
+ de 10 Salários Mínimos	12	0,9
Total	1.405	100

Tabela 4. ALAGOAS: População Economicamente Ativa (2014)

Fonte: IBGE (2015)

Do conjunto da população economicamente ativa mais da metade sobrevive com apenas um salário mínimo. Em Alagoas o poder de compra é comprometido pelo pagamento dos baixos salários. A pobreza, os baixos salários recebidos pelos trabalhadores e a má distribuição de renda são apontados como os entraves no desenvolvimento econômico e social de Alagoas, bem como esses elementos são essenciais para o entendimento de outros fenômenos que manifestam na região.

Diante dessa realidade apresentada, Carvalho (2014) retrata as possíveis causas para a economia de Alagoas não se desenvolver e de não criar condições para instalação de empresas e indústrias que poderia realizar mudanças benéficas na estrutura social da maioria da população. Respondendo os questionamentos o autor admite que

A economia alagoana, hoje, pode ser caracterizada como um conjunto produtivo marcado por três fortes ausências: a) falta-lhe um amplo mercado interno, decorrente da economia popular articulada que atenda a demanda regional, que aumente e distribua a renda, incorporando a maioria da população [...] b) falta-lhe polos dinâmicos capazes de substituir importações e realizar exportações [...] c) falta-lhe um setor público do Estado e municípios) com capacidade de investimento. (CARVALHO, 2016, p. 8)

Baseada na *expertise* do autor, passamos a indagar sobre as institucionalizações das regiões metropolitanas alagoana, pois sabemos que dos motivos variados para consolidação que justifique sua criação está no fato do fenômeno da metropolização que na maioria dos casos é condicionado pela diversificação econômica produzida pelos municípios integrantes que ao interagirem uns com outros criam espaços uno em que a população, através do movimento pendular, migra constantemente para as localidades que oferece a maior e melhor infraestrutura, principalmente no que tange a diversificação dos equipamentos urbanos úteis e necessários à população.

A partir dos indícios apresentados sobre a dinâmica de Alagoas, passamos a indagar algumas situações como forma de ampliar o entendimento sobre a temática em tela. Assim, indagamos: A organização espacial de Alagoas possui esse dinamismo econômico ao ponto dos municípios serem contemplados com a formação de uma região metropolitana? Ocorre entre essas regiões formalizadas considerável movimento pendular? A conurbação (se existe) é fruto da dinâmica econômica existente entre os municípios integrantes? Existem empresas ou indústrias que possam se responsabilizar pela dinâmica do contingente populacional de determinada localidade?

Contudo, é sabido que o atual modelo de industrialização do estado não é capaz de resolver os problemas estruturais que ocorrem, pois a geração de empregos, a expansão da indústria de transformação é lenta e insuficiente. A economia alagoana gira em torno do setor terciário (serviços e comércio), ambos responderam em 2010 por 68,70% do PIB do Estado, enquanto a agropecuária que representa 6,1% na agregação de bens produzidos no Estado caminha para o processo de letargia repercutindo na pobreza das atividades econômicas.

2.3 A adequação do estudo sobre a Região de Influência das Cidades (REGIC-2007) aos municípios integrantes das Regiões Metropolitanas de Alagoas

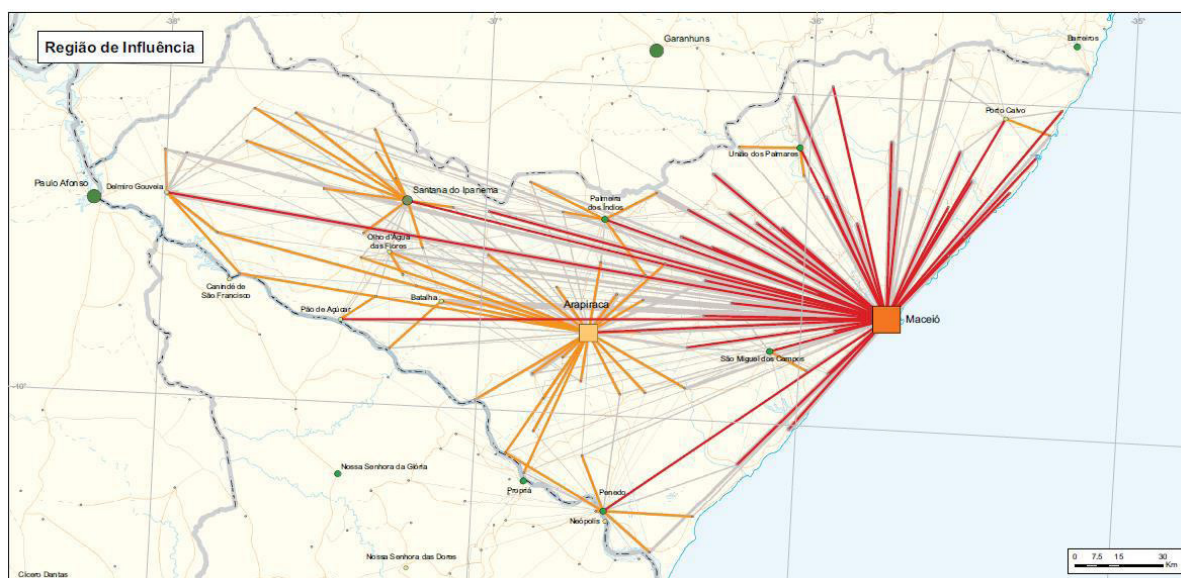
Quando se observa a hierarquia das cidades polos das Regiões Metropolitanas

em Alagoas, em conformidade ao estudo do IBGE, denominado REGIC-2007, destacam-se as cidades de Maceió, Arapiraca e Santana do Ipanema. Todavia, a capital alagoana, considerada Capital regional A, influencia a maior parte do estado.

Essa situação se complementa desde 1960, quando da análise da rede urbana do estado por parte de Corrêa (1960) que destacou em seu escrito “a grande amplitude demográfica entre Maceió (150.000 habitantes) e as demais cidades do estado, pois estas não chegam a concentrar 20.000 habitantes” (CORRÊA, 1960, pg. 10). Ainda nessa assertiva, o REGIC-2007 aponta a capital do agreste (Arapiraca), considerada Capital regional B, por possuir amplitude limitada ao agreste e parte do sertão. Vale considerar que a época da análise firmada por Corrêa (1960), o município de Arapiraca mantinha pouca expressividade na região, tendo o município de Palmeira dos Índios e Santana do Ipanema como centros regionais, devido ao desenvolvimento de suas funções de serviços.

Objetivando a perspectiva do REGIC – 2007, o estudo torna os demais polos integrantes das Regiões Metropolitanas alagoanas nas seguintes classificações: Palmeira dos Índios (RMPI), Penedo (RMSF), São Miguel dos Campos (RMC) e União dos Palmares (RMZM), considerados Centros de Zona A. Delmiro Gouveia (RMS) considerado com Centro de Zona B e o município de Viçosa (RMVP) integrante à última posição hierárquica, ou seja, centro local.

O mapa 2 identifica o raio de ação que cada município realiza junto a determinada área que a influencia.



Mapa 2. Região de Influência – Maceió (Capital 2)

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia, Regiões de Influência das Cidades 2007.

Diante da realidade ora apresentada, verifica-se a falta da lógica conceitual em atribuir o fenômeno da espacialidade como principal motivador para criação das Regiões Metropolitanas Alagoanas, onde se verifica o fraco nível de influência que

as cidades polos exercem sobre sua região, bem como na classificação da rede de hierarquia do Estado que desempenham papéis com pouca significância da função urbana. Ademais, o nível de interação entre os municípios alagoanos se mantem ligados à cidade de Maceió que polariza a maior parte da região alagoana. Observa-se também, a influência exercida pela metrópole de Recife junto a capital alagoana que por consequência, abrange todo Estado.

Desta feita, ao atribuir o conceito emanado pela Lei 13.089/2015 que condiciona o conceito de região metropolitana atribuída a “uma aglomeração urbana que configure uma metrópole.” (ESTATUTO DA METRÓPOLE, 2015), reiteramos que esses arranjos implementados em Alagoas não passam apenas de um recorte territorial instituídos, apenas com fins politíqueiros, devido a ausência por parte dos gestores públicos de ações ou projetos que visem o pleno desenvolvimento dos municípios integrantes.

Diante da situação econômica evidenciada passemos a refletir sobre a dinâmica econômica do Estado a qual não faz sentido instituírem regiões metropolitanas sem a prevalência da complexificação que envolve uma área sistematizada pelas atividades econômicas. Se não possuímos esses aparatos condicionantes a efervescência desses arranjos é significativo desconstruir o mito de criação das regiões metropolitanas em Alagoas, passando a conceituá-las sob a égide de Aglomerados Urbanos não metropolitanos em referência ao artigo 15 da Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que um dos motivos que levaram a criação das regiões metropolitanas no Brasil se resume na lógica da coexistência de diversificada cadeia produtiva, a qual os municípios organizados formalizam a complexidade que se dá em torno de um processo estruturador denominado metropolização.

Dessa forma, admite-se que a produção do espaço urbano alagoano se materializa de forma fragmentada, setorizada e privilegiada. Maceió exercendo a função de Capital Regional exerce um raio de influência que abrange território alagoano, porém sofre influência da Metrópole Recife. Os demais municípios polos integrantes de cada região metropolitana exercem influência na região ou até mesmo local. Não possui infraestrutura adequada para exercer o comando da área da qual fora destinada, pois os equipamentos urbanos quando instalados não são suficientes para atender a demanda.

Muitos recorrem a capital regional com a esperança de encontrar emprego, repartições públicas, universidades, consultórios médicos, hospitais especializados, bens de consumo, serviços necessários, entre outros. A cidade de Maceió é o

núcleo responsável por atender essa demanda, tendo em vista a variedade de bens, serviços, comércio e equipamentos urbanos que a cidade dispõe em toda região.

Contudo, percebe-se que a criação das regiões metropolitanas de alagoas passa apenas por um recorte territorial com propósito de formalizar uma entidade com circunscrição regional de planejamento. Os legisladores na prerrogativa constitucional, imbuído do espírito da efervescência dos projetos sociais com financiamentos públicos destinados as cidades com determinados números de habitantes, vislumbraram na ideia de juntar determinados municípios limítrofes em busca desses recursos. Portanto, a ideia da criação das regiões metropolitanas de Alagoas não passa de apenas um meio para obtenção de recursos financeiros destinados a esses arranjos, pois não foi diagnosticada qualquer relação espacial que venha contemplar a formalização pelo viés do fenômeno da metropolização.

REFERÊNCIAS

Alagoas em Dados e Informação. Disponível em: <http://dados.al.gov.br/dataset/anuario-estatistico-do-estado-de-alagoas>. Acesso em: 10 de Dezembro de 2016.

ALAGOAS. Lei Complementar nº 18, de 19 de novembro de 1998 (Criação da Região Metropolitana de Maceió).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 27, de 30 de novembro de 2009 (Criação da Região Metropolitana do Agreste).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 30, de 15 de dezembro de 2011 (Criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 31, de 15 de dezembro de 2011 (Criação da Região Metropolitana Zona da Mata).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 32, de 05 de janeiro de 2012 (Criação da Região Metropolitana de Palmeira dos Índios).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 33, de 11 de maio de 2012 (Criação da Região Metropolitana do São Francisco).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 35, de 26 de julho de 2012 (Criação da Região Metropolitana dos Caetés).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 36, de 26 de julho de 2012 (Criação da Região Metropolitana do Sertão).

ALAGOAS. Lei Complementar nº 39, de 08 de agosto de 2013 (Criação da Região Metropolitana do Médio Sertão).

ASCHER, F. Metápolis. Acerca do futuro da cidade. Tradução de Álvaro Domingues. Oeiras: Celta Editora, 1988.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: 1988.

_____. Lei 13.089, de 12 de Janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei 10.257, de 10 de Julho de 2001.

_____. **Economia Popular: Uma via de modernização para Alagoas**. 7ª Edição. rev. e ampl. – Maceió: EDUFAL, 2016.

CORRÊA, Roberto L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo, Ática, 1986, 93p. (Série Princípios).

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana** – 2ª Ed: Bertrand do Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Metrópoles e Regiões Metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio?. In:

FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Porque as Regiões Metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são Metropolitanas? **Revista Paranaense de desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 18-38, jan/jun.2012.

_____. **Censo Demográfico 2010** – Alagoas. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2007- 2011**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Livro 6, Vol. 2. Brasília, 2010.

IPEA/PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano** – Brasil/2013. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 2015.

LENCIONI, S. **Metropolização do espaço: processos e dinâmicas**. FERREIRA, A. RUA, J.

MARAFON, G. J. SILVA, A.C.P. (Orgs). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro. Consequência, 2013, p. 17-34.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Marcelo Máximo Purificação - Pós-doutor em Educação pela Universidade de Coimbra, Portugal. Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás -2014). Doutorando em Ensino pela Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES 2017). Mestrado Profissional em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pela Escola Superior de Teologia - EST/UFRGS e Mestre em Ciências Educacionais pela UEP. A nível de graduação, possui formação multidisciplinar (licenciatura e bacharelado) cursados no período (1993-2011), sendo: Licenciatura Plena em Matemática (UEG), Licenciatura em Pedagogia (ICSH/UFG), Licenciatura em Filosofia (FBB/UNIT) e Bacharelado em Teologia (FATEBOV). Professor Titular C-I (Estatutário) da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior FIMES/UNIFIMES, lotado na Unidade Básica das Humanidades. Professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás SEDUCE/GO. Professor Permanente no Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Linha de Pesquisa: Novas de Subjetivação e Organização Comunitária. [Sem vínculo empregatício]. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu - Mestrado em Educação) da Faculdade de Inhumas – FACMAIS - Linha de Pesquisa: Educação, Instituições e Políticas Educacionais. Professor Coorientador nos Programas de Pós-Graduação em Ensino (PPGEns) e Ciências Exatas (PPGECE) da Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES); Editor adjunto da Revista Educação, Psicologia e Interfaces da UFMS. Atualmente pesquisa e escreve sobre os seguintes temas: ensino; formação de professores; currículo; processos educativos; violência escolar; e filosofia e seus eixos temáticos. E-mail: maximo@unifimes.edu.br .

César Costa Vitorino - Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (1990), Especialização em Planejamento e Prática de Ensino pela FEBA (1992), Mestrado em Letras e Linguística pela Universidade Federal da Bahia (1999) e Doutorado em Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (Conceito CAPES 6) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Professor Permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES/UNEB/Campus XI). Membro do Grupo de Pesquisa: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (EPODS/UNEB), Membro do Grupo de Pesquisa NGEAALC/UNEB. Atualmente é Professor Doutor II da Fundação Visconde de Cairu (FVC), Professor Assistente da Universidade do Estado da Bahia, onde coordena o curso de Pedagogia PARFOR . Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: aprendizagem, educação, cultura africana banto, educação infantil, literatura e escrita, psicolinguística da leitura, Teoria dos Espaços Mentais (TEM), Ensino de Língua Portuguesa em escolas quilombolas. E-mail: vitorinoleitura66@gmail.com

Emer Merari Rodrigues - Doutorando em Literatura pela UnB, Universidade de Brasília. Mestre em Letras, Literatura e Crítica Literária pela PUC, Pontifícia Universidade Católica do Goiás. Especialista em Docência do Ensino Superior e em Orientação Educacional pela FIB. Graduado em Letras pela Faculdade de Formação de Professores de Araripina e graduado em Pedagogia pela IESA. Professor estatutário da Secretaria de Estado de Educação, com experiência na área de Linguagens e ênfase em Literatura, Gramática e em Língua Estrangeira Moderna e suas Literaturas. E-mail: merari769@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ambientes virtuais 82, 84, 85, 86, 89, 96, 97

Aptidão física 252, 253, 254, 255, 257, 260, 261

Arte 63, 124, 128, 129, 130, 132, 134, 135, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 180, 229

C

Celebrações 157, 213, 218

Cidadania 52, 53, 54, 56, 57, 58, 88, 113

Conhecimento 17, 18, 23, 27, 32, 33, 38, 49, 52, 53, 61, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 85, 87, 88, 95, 96, 99, 103, 111, 116, 118, 121, 123, 125, 126, 127, 136, 139, 164, 197, 199, 213, 256, 260, 263, 265, 266, 267, 269, 271, 278, 279, 283, 284, 285, 287

Cooperação 76, 78, 79, 118, 194, 195, 196, 198, 199, 203, 208, 236, 280

Cultura 2, 18, 19, 21, 34, 35, 39, 49, 55, 58, 59, 63, 64, 69, 77, 81, 124, 132, 136, 138, 140, 141, 142, 150, 158, 161, 178, 193, 212, 214, 216, 221, 224, 225, 228, 231, 251, 257, 263, 265, 267, 268, 271, 273, 275, 279, 280, 303

D

Direitos humanos 36, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 161

E

Educação 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 15, 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 51, 56, 57, 58, 59, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 97, 98, 99, 111, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 138, 141, 142, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 177, 178, 197, 200, 203, 204, 208, 210, 221, 226, 260, 261, 265, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 294, 303, 304

Ensino colaborativo 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123

Espacialidade 268, 289, 291, 299

F

Formação docente 1, 2, 15

G

Gestão escolar 34

H

Historiografia da mídia 124

I

Interdisciplinaridade 71, 72, 73, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 139

K

Kant 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70

M

Meio ambiente 153, 165, 172, 175, 194, 197, 201, 202, 203, 204, 207, 210, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 249, 250, 251

Museologia 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 186

N

Narrativa 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 236, 269

Natureza 18, 21, 34, 35, 38, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69, 70, 86, 89, 97, 109, 115, 150, 161, 200, 201, 208, 239, 244

P

Paisagem cultural 144, 145, 149, 154

Patrimônio 65, 153, 155, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 179, 186, 226, 227, 228, 231, 236, 237, 246, 247, 250, 268, 269, 272, 275

Pesquisa 6, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 32, 34, 35, 43, 44, 51, 58, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 88, 89, 98, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 137, 139, 141, 157, 158, 163, 164, 165, 181, 182, 194, 196, 199, 201, 202, 208, 209, 213, 214, 218, 225, 240, 252, 254, 268, 269, 271, 273, 274, 278, 283, 285, 289, 291, 297, 302, 303

Práticas 1, 2, 26, 27, 29, 30, 38, 39, 42, 69, 75, 81, 111, 115, 118, 119, 121, 137, 139, 140, 144, 161, 166, 175, 182, 195, 207, 221, 224, 241, 273

R

Radiação ionizante 187, 188, 189, 190, 193

Realidade 8, 20, 23, 26, 27, 32, 35, 36, 45, 65, 88, 96, 115, 116, 137, 140, 221, 223, 227, 235, 252, 255, 263, 264, 265, 266, 269, 271, 278, 279, 280, 289, 292, 295, 298, 299

Relações de gênero 211, 221, 225

Robótica 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33

T

Trajes 179, 180, 182, 183, 184

 **Atena**
Editora

2 0 2 0